

Revista do **SINAL**

No. 11 | Novembro 2011 | Distribuição gratuita - proibida a venda

PEC270

Três anos de batalha

Atualize sua agenda

Anote os telefones das regionais do Sinal

TELEFONES SINAL:

Nacional: (61) 3322-8208

Diretoria Executiva: (61)3322-8208

REGIONAIS:

Belém: (91) 3241-8290

Belo Horizonte: (31) 2512-1668

Brasília: (61) 3224-3417

Curitiba: (41) 3353-6531

Fortaleza: (85) 3254-1927

Porto Alegre: (51) 3224-9030

Recife: (81) 3421-7600

Rio de Janeiro: (21) 3184-3500

Salvador: (71) 3237-4365

São Paulo: (11) 3159-0252

Editorial

A conjuntura mundial nos impõe um momento de reflexão: o mundo está mudando e, com ele, muitas conquistas históricas estão se perdendo. Países que antes se gabavam por possuir leis trabalhistas que concediam tratamento justo e digno a seus trabalhadores, hoje os deixam à mingua, principalmente quando se trata da aposentadoria. A crise econômica internacional faz suas vítimas.

Na Europa, os trabalhadores enfrentam planos de reforma da previdência que, em quase todos os países, têm objetivos comuns: aumentar o tempo de contribuição, aumentar a idade de aposentadoria e alterar os métodos de cálculo dos rendimentos, para reduzi-los substancialmente. O ataque aos regimes previdenciários procura "liberar" fundos orçamentá-

rios para o salvamento do grande capital europeu, abrindo caminho para os regimes privados, mesmo com as experiências negativas de países como a Inglaterra e Estados Unidos.

No Brasil, a situação não é diferente. Frequentemente somos assaltados com propostas de reforma que visam pilhar cada vez mais nossos direitos, conquistados ao longo de anos e à custa de muita luta.

Se em outros continentes a população vai às ruas, armada de pedras e paus, para defender seus direitos, nós brasileiros, adeptos da luta pacífica e das negociações, precisamos nos unir para defender o que é nosso. A mobilização é o caminho para nossas lutas.

Sérgio Belsito

DIRETORIA DO SINAL NACIONAL

Presidente: Sérgio da Luz Belsito (Rio de Janeiro)

Secretário: Julio Cesar Barros Madeira (Rio de Janeiro)

Diretora Financeira: Ivonil Guimarães Dias de Carvalho (Curitiba)

Diretor Jurídico: Luiz Carlos Alves de Freitas (Curitiba)

Diretor Comunicação: Alexandre Wehby (Porto Alegre)

Diretor de Relações Externas: José Ricardo da Costa e Silva

Diretor de Estudos Técnicos: Edilson Rodrigues de Sousa

Diretor de Assuntos Previdenciários: Eduardo Stalin Silva (São Paulo)

Diretor Extraordinário para Assuntos Intersindicais: Iso Sendacz

Diretor Extraordinário de Qualidade de Vida: Bruna Carolina de Quadros

EXPEDIENTE

Jornalista Responsável: Eunice Pinheiro

Projeto Gráfico: Kleber Pinheiro - Patcha Comunicação

Reportagem: Hylda Cavalcanti e Bianca Chiavicatti

REPORTAGEM - 04

Nova esperança para o sonho da casa própria

REPORTAGEM - 09

O que há de bom

CAPA - 16

Uma luta que já dura três anos

QUALIDADE DE VIDA - 20

Um Brasil diferente

SEU DINHEIRO - 31

Lista Suja

ARTIGO - 35

Espiritualidade em alta

SINAL INFORMA

12 - Previdência em Debate

24 - Jurídico

26 - PASBC

Nova esperança para o sonho da casa própria

Nas décadas de 80 e 90, antes da estabilização econômica do país, muitos brasileiros viram emperrar o sonho da casa própria em razão de aumentos exorbitantes de prestações e dificuldades para honrar as parcelas intercaladas de valores maiores. Isso levou um número considerável de famílias a repassar imóveis financiados pelo Sistema Financeiro de Habitação (SFH) para outros ou sofrer com pendências do financiamento imobiliário. Desde o início do ano, no entanto, a situação está sendo revertida para quem enfrentou tal problema.

É que estão sendo promovidos mutirões para a realização de acordos de ações judiciais relacionadas a contratos parados há mais de 16 anos na Justiça. Com as ações em tramitação nos tribunais, os contratos imobiliários ficam sub judice (suspensos até decisão judicial) e, dessa forma, não podem ser homologados em nome dos compradores. Estes, por sua vez, há anos amargam com a dívida na Caixa Econômica. São 73.966 contratos nesta situação no país, sendo que destes, 1.636 estão localizados em Brasília – em sua maior parte nos setores Lago Norte e no Sudoeste.

Negociações

Os imóveis possuem, em todo o Brasil, um valor total de R\$ 5,5 bilhões. A meta do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), que está promovendo os mutirões entre a Caixa e os mutuários, é de realizar cerca de 20 mil acordos, até o final do ano. De fevereiro até

agosto, já foram negociados valores de imóveis – bem como novas formas de pagamento – em montante que equivale a R\$ 144,6 milhões de créditos para a Caixa e, em consequência, para o SFH.

Os acordos são feitos mediante audiências marcadas pelos cinco Tribunais Regionais Federais (TRFs). De um lado, participam os mutuários; do outro, representantes da Caixa e também da Empresa Gestora de Ativos (Emgea), vinculada à própria Caixa. Tudo com o acompanhamento de equipes da Corregedoria Nacional de Justiça. O objetivo é renegociar tais dívidas na presença de um juiz conciliador e, dessa forma, contribuir para tornar o Judiciário mais célere por meio da redução do estoque de processos.

Uma das boas novidades é que o Distrito Federal (DF) figurou no último balanço destes acordos, divulgado no final de agosto, como um dos destaques, ao lado de estados como Rio de Janeiro, São Paulo e Espírito Santo. No DF, foram firmadas negociações em valores que chegaram a R\$ 7,2 milhões até agora. Os interessados em serem os próximos a quitarem suas parcelas ou negociarem em valores menores devem procurar a própria Caixa ou o Tribunal Regional Federal, localizar onde estão os processos referentes aos seus imóveis, fazer o cadastramento e aguardar a chamada para a audiência de conciliação.

“A pendência com um apar-

tamento, em 1984, me fez ficar anos com problemas para conseguir outro imóvel e pôs por terra meu sonho de morar na própria casa”, contou o servidor público aposentado do Ministério da Ciência e Tecnologia Ademir Moreira. Moreira disse que teve problemas financeiros porque parte do financiamento pago para a construtora exigia prestações intercaladas, que na época eram ampliadas praticamente todos os meses. Ele conseguiu juntar dinheiro ao lado da companheira e comprou outro imóvel, anos depois, mas até hoje o bem está apenas no nome dela, em razão do seu CPF ter ido parar no cadastro de inadimplentes. Só agora, com o mutirão, ele conseguiu resolver a situação.



A META DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA (CNJ) É DE REALIZAR CERCA DE 20 MIL ACORDOS, ATÉ O FINAL DO ANO, ENTRE A CAIXA E OS MUTUÁRIOS

Processo

Em São Paulo, a situação vivida pela professora Maria José Ferreira Batista foi mais complicada. Ela comprou um apartamento em 1991, mas nunca morou nele. Contou que adquiriu o imóvel quando ainda estava em construção e, em 1993, vendeu-o, porque não tinha condições de arcar com as prestações do financiamento. Hoje, Maria José é ré em um processo movido pela Caixa Econômica, porque o comprador de seu apartamento não pagou regularmente as parcelas do imóvel. Como, na época da venda, a professora não transferiu o apartamento para o nome do comprador, acabou sendo processada. “Nós não tínhamos o devido conhecimento e, agora, estamos nesta situação”, explicou.

Para o presidente da Associação Nacional de Mutuários (ANM), Marcelo Augusto Luz, boa parte desses contratos foi firmada no período em que a inflação e os vários planos econômicos acabaram tornando os imóveis praticamente “impagáveis”. De acordo com Luz, os financiamentos imobiliários daquele período tinham seu saldo devedor reajustado pelo índice de correção da poupança. Já as parcelas aumentavam de acordo com o salário do mutuário. Essa diferença de correções fez com que o saldo devedor dos

financiamentos aumentasse mais que a prestação e criou um desequilíbrio nesses contratos. “Os mutuários pagavam a parcela, mas o saldo devedor não diminuía. Pelo contrário. Isso fez com que muitas pessoas procurassem a Justiça em busca de uma solução”, completou.

Retorno para FGTS

De acordo com a ministra Eliana Calmon, corregedora nacional de Justiça, é importante promover a conciliação no SFH porque além destes processos desafogarem os tribunais e deixarem mais ágil a prestação jurisdicional aos cidadãos, as decisões permitem o retorno de recursos financeiros

ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e, consequentemente, possibilitam novos financiamentos no setor em todo o Brasil. Sobretudo neste momento de boom imobiliário no Brasil.

A ideia é priorizar, em conjunto com os tribunais, a solução desses litígios

por meio de um acordo amigável entre as partes. Nas audiências, a Emgea, que administra os contratos, revisa o valor da dívida dos mutuários com base no montante já pago e no valor atual do imóvel. Também oferece descontos para aqueles que podem quitar o débito de uma vez.

OS FINANCIAMENTOS IMOBILIÁRIOS TINHAM SEU SALDO DEVEDOR REAJUSTADO PELO ÍNDICE DE CORREÇÃO DA POUPANÇA. JÁ AS PARCELAS AUMENTAVAM DE ACORDO COM O SALÁRIO DO MUTUÁRIO. “OS MUTUÁRIOS PAGAVAM A PARCELA, MAS O SALDO DEVEDOR NÃO DIMINUÍA. PELO CONTRÁRIO”, DIZ MARCELO AUGUSTO LUZ



AS ARMADILHAS DOS ANTIGOS FINANCIAMENTOS TORNARAM O SONHO DA CASA PRÓPRIA UM PESADELO

O que há de bom

A moda saudável de espalhar boas idéias pelo mundo



Conforme contou Ronaldo Lanzellotti, representante da Emgea nas audiências de conciliação, 54% dos mutuários que negociam a dívida chegam a um acordo. Em alguns casos, a quitação do imóvel é acertada em uma só reunião.

“Esses processos são um problema social gravíssimo, pois estão relacionados às dificuldades que muitas pessoas têm para pagar as suas dívidas e ter o seu imóvel. Sem falar que consistem, também, num problema econômico real”, salientou a ministra Eliana Calmon.

Destaques

Os principais destaques das conciliações realizadas no país, até agora, foram observados – além do Distrito Federal – nos estados da Bahia, São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Ceará, Goiás e Espírito Santo.

Na Bahia, a Justiça Federal obteve 615 acordos, o que representou R\$ 32,3 milhões em créditos recuperados. Em São Paulo foram 374 acordos, que resultaram na arrecadação de R\$ 24,3 milhões. No Rio de Janeiro, foram formalizados 525 acordos, no valor de R\$ 23,2 milhões. Em Minas Gerais, 239 conciliações levaram à arrecadação de R\$ 13,9 milhões para o SFH.

O Ceará, por sua vez, computou R\$ 7,9 milhões em 149 acordos. Outros estados que chamaram a atenção foram: Goiás, com o registro de conciliações que representaram R\$ 4,6 milhões, e Espírito Santo, onde 130 acordos realizados levaram ao resgate de R\$ 4 milhões para o sistema.

COMO FAZER O ACORDO:

OS INTERESSADOS EM NEGOCIAR PENDÊNCIAS COM O ANTIGO SISTEMA FINANCEIRO DE HABITAÇÃO (SFH) NA JUSTIÇA DEVEM ENTRAR EM CONTATO COM A CAIXA ECONÔMICA, PARA DESCOBRIR ONDE ESTÃO OS CONTRATOS OU PROCURAR O TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 1ª. REGIÃO (TRF 1), ONDE TRAMITAM OS PROCESSOS RELATIVOS A CADA CASO. PODEM, AINDA, ENTRAR EM CONTATO COM A CORREGEDORIA NACIONAL DE JUSTIÇA, VINCULADA AO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA (CNJ).

SITES RELACIONADOS:

WWW.TF1.JUS.BR

WWW.CAIXA.GOV.BR

WWW.CNJ.JUS.BR

INFORMAÇÕES SOBRE OS CONTRATOS

VALOR TOTAL DAS AÇÕES

R\$ 5,9 BILHÕES

NÚMERO DE CONTRATOS QUE ESTÃO SUB JUDICE

73.966 CONTRATOS

VALORES ACORDADOS ATÉ AGOSTO PAS-

SADO NO DF

R\$ 7,2 MILHÕES

QUEM PODE PARTICIPAR DA NEGOCIAÇÃO

QUEM COMPROU IMÓVEL VIA SFH ANTES DE 1995, NÃO PÔDE PAGAR E ESTÁ COM PROCESSO TRAMITANDO NA JUSTIÇA.

FONTES: CAIXA ECONÔMICA FEDERAL E CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA (CNJ)

Começa a ganhar adeptos em todo o Brasil a febre das conferências TEDx, que têm o intuito de juntar pessoas interessadas em fazer do mundo um lugar melhor para se viver. A proposta parece pieguice de quem quer chamar a atenção para si e se engajar a uma causa qualquer, mas conta com a seriedade de um movimento que

surgiu há 27 anos na Califórnia e que, tanto lá como aqui, conta com gente como Bill Gates, Bono Vox, Al Gore, Chris Anderson, J.J. Abrams e Michelle Obama. No Brasil, o movimento tem o apoio de Fábio Barbosa (presidente do grupo Santander Brasil), Gutti Fraga (idealizador do projeto Nós do Morro), Silvio Meira (pesqui-



"EU TINHA QUE FICAR ATENTO E ESTUDAR O QUE ACONTECIA NO MUNDO, TRANSFORMAR ISSO EM MATERIAL DE PESQUISA. NUMA DESSAS ACHEI O TED, ME INSCREVI E PASSEI A PARTICIPAR", DIZ HELDER ARAÚJO

sador de engenharia de software) e da atriz e apresentadora Regina Casé.

Inicialmente, o TED – sigla para Tecnologia, Engenharia e Design – surgiu como uma conferência anual com o intuito de espalhar boas ideias na área. Mas as propostas foram crescendo e hoje contam com diversos segmentos interessados na mesma causa: melhorar o lugar onde se vive com mais sustentabilidade e ações que contribuam para o bem estar de todos. Vieram então os TEDx, eventos locais organizados de forma independente. Já foram realizados dois no Rio de Janeiro, quatro em São Paulo e outros, respectivamente, no Rio Grande do Sul, Amazonas e Santa Catarina – todos considerados sucesso no movimento.

Ideia e realidade

Cada encontro do TED reúne palestras que duram cerca de 15 minutos. No Brasil, o primeiro a transformar a ideia em realidade foi o comunicador mineiro Helder Araújo. "Eu tinha que ficar atento e

estudar o que acontecia no mundo, transformar isso em material de pesquisa. Numa dessas achei o TED, me inscrevi e passei a participar", contou ele, que foi responsável pela realização do primeiro evento no Brasil em 2009, em São Paulo. Já na primeira vez, a versão brasileira do encontro reuniu cerca de 900 pessoas. "Foi uma catarse de emoções, lágrimas e boas intenções", acentuou Araújo.

Isso porque, com uma fórmula simples, os encontros chamam a atenção por misturar, num único palco empreendedores, artistas e gente interessada em fazer alguma coisa por si e pelos outros. Gente como dona Adozinda Kuhlmann, uma professora paulista de 92 anos que leciona até hoje, ou o jornalista Casey Caplowe, co-fundador da publicação norte-americana Good Magazine. "O desafio é motivar pelo exemplo", afirmou a professora.

No Amazonas, por exemplo, foi debatida a qualidade de vida para todas as espécies do planeta entre pessoas do mundo inteiro. No Rio de Janeiro, o mote foi a ciência e as novidades tecno-

lógicas que podem contribuir para um mundo melhor, conforme contou o coordenador do encontro naquele estado, Leonardo Eloi que, conforme explicou, sempre foi um curioso em relação à área.

Entre os palestrantes do evento no Rio, destacaram-se a filósofa Viviane Mosé, o ex-comandante do Batalhão de Operações Especiais (Bope) e autor do livro "Elite da Tropa", Rodrigo Pimentel, o político e urbanista, criador do sistema de ônibus de Curitiba, Jaime Lerner, e o (muito) jovem, Pedro Franceschi, que do alto de seus 13 anos já carrega o status de desenvolvedor de aplicativos para iPhone e iPod.

Limpa Brasil

Em Brasília, ainda não foi realizada uma conferência, mas vários grupos já estão se articulando em ações que começam a ser pensadas em apresentação no formato de TED para serem discutidas num próximo evento. Um deles é o movimento Limpa Brasil, de âmbito nacional mas que chega à capital federal para conscientizar população sobre a coleta seletiva de lixo. Utiliza o slogan "o mundo ficou pequeno para tanto lixo".

O movimento tem o objetivo de, mais do que uma campanha de conscientização sobre a forma correta de se adequar o lixo, informar que cada pessoa é um catador e, dessa forma, contribuir para que as cidades fiquem mais limpas. Foi iniciado com uma manifestação no final de agosto na Esplanada dos Ministérios, seguido por show de artistas locais. "Queremos, aqui no DF, reunir o projeto nas cidades satélites, mobilizando as lideranças comunitárias", afirmou uma das organizadoras, Célia Caixeta.

"Eu não pensava em fazer parte desse tipo de ação, mas pesquisando na internet vi que é possível fazer algo por nós mesmos e pelo mundo com os recursos que temos, sem sermos piegas. Por isso me engajei e tenho lido mais a respeito destes encontros. Já viajei até Porto Alegre para participar de uma das conferências e espero participar de outro evento em breve", afirmou a psicóloga Tatiana Santos.

Dicas de bolso

Outras ações de sucesso do TEDx são projetos como a publicação "Leve com você", lançada em fevereiro passado. Tratam-se de quatro fascículos que mostram propostas distintas: Visões, dedicado aos visionários que transformam o mundo com ideias e sonhos inspiradores; Pequenos Gigantes, dedicado aos sonhos que mudam vidas e pessoas que conseguiram concretizá-los; Lifestyle Carioca, voltado para a cultura e o estilo de vida da Cidade Maravilhosa; e Rio, que incentiva mudanças atuando como uma plataforma de conexão entre projetos e voluntários que queiram transformar a capital fluminense.

"Não somos completamente otimistas, somos possibilistas. Se conseguirmos colocar um projeto na estrada já é uma vitória", afirmou o coordenador desse trabalho em especial, Marconi Pereira.

Como participar:

Para apoiar a iniciativa, inscrever um projeto ou se cadastrar para voluntariado no TEDx é só acessar o endereço <http://www.tedxrio.com.br> ou o site internacional do movimento, que é <http://www.ted.com/tedx>.

Previdência em Debate

I Encontro Nacional dos Aposentados e Pensionistas

Quem esteve presente ou viu as fotos do histórico I Encontro Nacional dos Aposentados e Pensionistas que juntou, em 31 de agosto de 2011, mais de 500 pessoas no auditório Petrólio Portela do Senado Federal, talvez não possa imaginar que o movimento, que levou a este acontecimento – e envolve servidores dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, das esferas federal, estadual e municipal – começou, pode-se dizer, timidamente, em São Paulo, há 18 meses, em fevereiro de 2010.

Na época, reuniram-se representantes de meia dúzia de entidades sindicais federais e do estado e município de São Paulo, entre elas, o Sinal-SP, o Sindifisco-SP, o Sinafresp e o Sindafsp para debater estratégias conjuntas para promover a aprovação da PEC 555. Era o embrião do que, depois, veio a se chamar Frente São Paulo pelas PECs 555 e 270, movimento que, gradativamente, incorporou outras entidades e se espalhou por outros estados e municípios.

Já há algum tempo, as Propostas de Emenda à Constituição, PECs 555/2006 e 270/2008 estão na Ordem do Dia para serem votadas: a primeira, de autoria do ex-deputado Carlos Mota, relatada e modificada pelo deputado Arnaldo Faria de Sá (PTB-SP), acaba com a contribuição previdenciária (redução progressiva de 20% ao ano na contribuição a partir dos 61 anos até a isenção plena aos 65 anos de idade) dos inativos e a segunda, da deputada Andrea Zito, garante ao servidor que se aposentar por invalidez o direito de proventos integrais com paridade aos servidores da ativa.

É crescente o número de parlamentares que tem se posicionado a favor da aprovação dos projetos e solicitando que eles sejam colocadas em votação, por enquanto, sem resultado efetivo. Como se sabe, dado o impacto financeiro dessas PECs nas contas do Governo, é enorme, no momento, a resistência que lhe opõe a área econômica à sua aprovação, embora elas, definitivamente, não criem novos benefícios – apenas resgatam direitos adquiridos!

O evento do dia 31 de agosto mostrou um pouco da força dos aposentados e pensionistas, causando uma certa ressonância no Congresso, mas é preciso mais, muito mais! Há que se “nacionalizar” o movimento, arregimentar uma maioria significativa de parlamentares, procurá-los em suas bases eleitorais, no sentido de convencê-los, incentivá-los, conseguir sua adesão à causa e levar as PECs à votação

Paralelamente, será, também, importante conseguir o apoio de segmentos relevantes da sociedade organizada como a OAB e outras entidades suprapartidárias. Para variar, quanto maior a mobilização e o apoio, maior a possibilidade de sucesso, maior a possibilidade de quebrar a resistência do Governo.

A Frente – que passou a ser Nacional – e, por inclusão, o Sinal vão seguir conduzindo essa estratégia de nacionalização e ampliação do apoio, sem esmorecer. Até a vitória!

Eduardo Stalin Silva



Sinal busca solução no Banco Central

No ano de 2007 o Sinal ajuizou Mandado de Segurança Coletivo requerendo o pagamento dos quintos aos servidores do Banco Central que exerceram função gratificada relativamente ao período de 8.4.1998 a 5.9.2001 de que tratou a MP 2.225-45/2001.

Em 14 de dezembro de 2009, a Terceira Seção do Superior Tribunal de Justiça, concedeu, por unanimidade, a segurança pedida e determinou ao Banco Central que fizesse a incorporação e efetuassem o pagamento das verbas que deixaram de ser pagas desde a data da lesão, acrescidas dos juros legais.

Apesar de a decisão ter determinado o pagamento desde a data da lesão, o Banco Central apresentou em 12.02.2010 embargos de declaração requerendo ao STJ a manifestação sobre o pagamento

das parcelas atrasadas, pois entende o Banco Central, que deve ser observada a prescrição quinquenal, ou seja, os últimos cinco anos anteriores ao ajuizamento do Mandado de Segurança.

Devido ao recurso do Banco, o processo que teve início em 2007, até hoje está sem conclusão. O Sinal através da correspondência de nº 095, de 28.06.2011, encaminhada ao Procurador Geral do Banco Central, Isaac Sidney, pediu que o grupo de trabalho criado pela procuradoria para estudar possíveis soluções nas lides entre o Banco Central e seus servidores, incluísse para avaliação essa ação, por já existir ampla jurisprudência sobre a matéria.

O processo encontra-se concluso para decisão do Ministro relator desde 04.05.2011, e não temos ainda qualquer perspectiva de quando o processo será incluído em pauta para julgamento.



O PROCESSO AGUARDA DECISÃO DO MINISTRO RELATOR DESDE MAIO, SEM PRAZO PARA INCLUSÃO EM PAUTA PARA JULGAMENTO.

Aniversariantes
de novembro

28 - Sinal
Nacional

O Sinal completou 23 anos de lutas e de conquistas por você. Desejamos, a cada ano, ter cada vez mais a nos orgulhar.

Uma luta que já dura três anos

Para a deputada Andrea Zito, a PEC 270 poderia ser votada ainda este ano pelo Plenário da Câmara. Mas, para que isso aconteça, é necessária uma grande pressão sobre o governo

Em tramitação na Câmara dos Deputados há mais de três anos, a PEC 270/2008, que garante ao servidor que aposentar-se por invalidez permanente o direito aos proventos integrais com paridade, está pronta para ser votada no Plenário da Câmara dos Deputados. Só falta um detalhe: vontade política para incluir o projeto na pauta de votações. Para a autora do projeto, deputada Andreia Zito (PSDB-RJ), só a pressão popular poderá fazer com que a proposta entre na pauta do Plenário.

De acordo com Andreia Zito, o assunto não é de interesse do governo federal. Por isso, mesmo estando pronto para ser votado desde 2009, o projeto não sai do lugar. E não foi por falta de esforço de alguns parlamentares. Até agora, já foram apresentados mais de 300 requerimentos para que a PEC 270 entre na pauta de votação, mas os governistas fingem que nada acontece. Um deles foi o do deputado Marco Maia, antes de assumir a presidência da Câmara dos Deputados. Em 23 de junho do ano passado, o então “apenas” deputado Marco

Maia apresentou o Requerimento 7125/2010, que pedia a inclusão da PEC 270 na pauta de votação. Hoje, presidindo a Casa e com poderes de levá-la à votação num estalar de dedos, Marco Maia não se move nesse sentido.

A criação de uma Frente Parlamentar em Defesa da Aprovação da PEC 270 é mais uma ferramenta para pressionar os deputados governistas a aprovarem o projeto. Desde o início de outubro, Andrea Zito está recolhendo assinaturas de deputados para a criação da Frente. Para isso, são necessárias 200 assinaturas de apoio. “Estou recolhendo as assinaturas de deputados e senadores partidários da nossa causa. Se alguém também quiser ajudar, peço que oriente os parlamentares a nos procurar”, orienta a deputada.

A deputada acredita que a estratégia agora é a pressão. “O que precisamos cobrar é o apoio daqueles deputados que integram a base do governo na Câmara e que declaram seu apoio a nossa PEC, mas nada fazem para que o Executivo permita que o presidente da Câmara inclua a PEC



EM AGOSTO DE 2010, UM ABAIXO-ASSINADO COM CERCA DE 15 MIL ASSINATURAS FOI ENCAMINHADO PELA DEPUTADA ANDREA ZITO, MAS NADA ACONTECEU. DOIS MESES ANTES, UM REQUERIMENTO COLETIVO COM MAIS DE 200 ASSINATURAS DE PARLAMENTARES TAMBÉM FOI APRESENTADO E IGNORADO.

270 na pauta de votações. Como já me pronunciei em vários discursos, é muito triste ver que o Legislativo hoje é apenas um mero executor das prioridades definidas pelo Executivo”, reclamou a deputada Andreia Zito.

Nesses três anos de tramitação, a PEC 270 já mobilizou os esforços de muita gente. Em agosto de 2010, um abaixo-assinado, com cerca de 15 mil assinaturas, foi entregue à Mesa Diretora da Câmara. O documento com as assinaturas recolhidas pelo Sindicato dos Servidores Públicos Federais da Justiça do Trabalho da

15ª Região pedia o imediato encaminhamento da proposta ao plenário. A entrega do abaixo-assinado foi feita pela deputada Andrea Zito à Mesa Diretora da Câmara. Mas, nada aconteceu. Dois meses antes, um Requerimento Coletivo com mais de 200 assinaturas de parlamentares também foi apresentado e ignorado.

“Agora estamos trabalhando para a criação da Frente Parlamentar em Defesa da Aprovação da PEC 270/2008, pois esta será mais uma forma de mobilizarmos todos os parlamentares que apoiam a nossa causa”, ressalta a deputada.

Andreia Zito conversou com a reportagem da **Revista do Sinal** sobre o assunto. Leia a entrevista:

Sinal - Por que a PEC 270 ainda não foi votada em plenário?

Andreia Zito - A Câmara só vota hoje as matérias que são de interesse do executivo e o que percebemos é o descaso com a PEC 270.

Sinal - A senhora está recolhendo assinaturas para a criação de uma Frente Parlamentar pela Aprovação da PEC 270/2008. A adesão está sendo como a senhora esperava?

Andreia Zito - Estamos buscando todas as for-

mas para sensibilizar o governo e fazer com que ele perceba que foi feito uma injustiça com esses aposentados por invalidez. A frente parlamentar é apenas mais um dos nossos esforços e temos tido apoio dos nossos companheiros, tanto do governo como também da oposição.

Sinal - Na sua opinião, as dificuldades para a apreciação da PEC 270 são apenas na Câmara ou no Senado também é possível prevenir os mesmos problemas?

Andreia Zito - Espero que ao chegar no Senado não tenhamos os mesmos problemas. Mas apesar de acreditar que teremos apoio dos se-

nadores, assim como temos dos deputados, o Poder Executivo deve ser o primeiro a perceber a necessidade desta aprovação.

Sinal- Existe possibilidade de a PEC 270 ser aprovada ainda este ano na Câmara?

Andreia Zito - Temos muitas Medidas Provisórias a serem votadas e também ainda o Orçamento da União, mas se houver uma união dos esforços, com certeza teremos a possibilidade de aprová-la.

TEMOS MUITAS MEDIDAS PROVISÓRIAS A SEREM VOTADAS E O ORÇAMENTO DA UNIÃO, MAS SE HOVER UMA UNIÃO DOS ESFORÇOS COM CERTEZA TEREMOS A POSSIBILIDADE DE APROVÁ-LA ESTE ANO

Sinal - Se não for aprovada até dezembro, qual será a estratégia para a aprovação em 2012?

Andreia Zito - Continuaremos nesta luta usando todas as ferramentas possíveis dentro do regimento da casa. Buscaremos ainda mais o apoio da imprensa e de todos que possam divulgar a importância da aprovação desta PEC.

Sinal - O governo tem recursos para atender o que determina a sua proposta? Qual seria o impacto nos cofres públicos?

Andreia Zito - Sem dúvida o governo tem sim como rever o prejuízo destes servidores e temos certeza que esta aprovação não trará ônus para o governo.

Sinal - Como os servidores públicos de todo o país poderiam contribuir para garantir a aprovação da PEC 270?

Andreia Zito - Os Servidores Públicos já vêm contribuindo muito. Primeiro acreditando que a aprovação pode ser possível sim, e, segundo, fazendo todo movimento através de emails diários para os deputados e o Executivo, movimento nas redes sociais em geral etc. Também estão acontecendo sempre reuniões para aderirem ainda mais pessoas com o objetivo de crescer o número de lutadores.

Sinal - Como a senhora avalia a política do atual governo em relação aos servidores públicos?

Andreia Zito - Péssima. Um desrespeito total com os Servidores Públicos. Um grande e recente exemplo é a aprovação da Previdência Complementar, matéria que interessa ao governo e que os servidores não tiveram nem mesmo a oportunidade de se expressar, mesmo tendo representantes no legislativo. Assim foi na CTASP - Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público - onde busquei fazer uma audiência com estes servidores e passaram (os governistas) um "rolo compressor" nas nossas ideias e naquilo que acreditávamos servir como colaboração.



“A CÂMARA SÓ VOTA AS MATÉRIAS QUE SÃO DE INTERESSE DO EXECUTIVO E O QUE PERCEBEMOS É O DESCASO COM A PEC 270”

Qualidade de vida

Um Brasil diferente

Estudo mostra como será o país do futuro, com brasileiros mais escolarizados, com menos filhos e mais idosos no mercado de trabalho

O Brasil do futuro será de brasileiros menos desiguais, mulheres mais escolarizadas, com menos filhos e gerados mais tarde. E os idosos serão em maior número e terão participação cada vez mais efetiva na vida econômica das famílias. Os dados são do trabalho Síntese de Indicadores Sociais (SIS) - que tem como principal fonte de informações a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), com o objetivo de fazer uma análise das condições de vida no país.

O trabalho mostra por exemplo que, embora abaixo do nível de reposição da população, que seria de dois filhos em média por mulher, a taxa de fecundidade média das brasileiras (1,94 filho por mulher) apresenta importantes desigualdades, sobretudo em função da escolaridade.

No país como um todo, dois anos atrás, as mulheres com até 7 anos de estudo tinham, em

média, 3,19 filhos, quase o dobro do número de filhos (1,68) daquelas com 8 anos ou mais de estudo (ao menos o ensino fundamental completo). Além disso, as mulheres com mais instrução eram mães um pouco mais tarde (com 27,8 anos, frente a 25,2 anos para as com até 7 anos de estudo).

O trabalho também mostra que houve uma evolução percentual, entre 1999 e 2009, do número de pessoas que frequentam instituições de ensino em todas as faixas etárias e todos os níveis de escolaridade – embora o rendimento familiar per capita ainda seja um fator de desigualdade no acesso à escola, sobretudo nos níveis de ensino não obrigatórios (infantil, médio e superior). Apesar da maior democratização no acesso ao sistema escolar, a adequação idade/nível educacional ainda é um desafio, principalmente na faixa de 15 a 17 anos de idade, em que só 50,9% dos estudantes estão no grau adequado (ensino médio).



ENTRE 1999 E 2009, O NÚMERO DE PESSOAS QUE FREQUENTAM INSTITUIÇÕES DE ENSINO EM TODAS AS FAIXAS ETÁRIAS E TODOS OS NÍVEIS DE ESCOLARIDADE AUMENTOU

Avanços e desigualdade

Para o pesquisador Alexandre Furtado, o trabalho tem fundamental importância no recorte que faz sobre o país. Mostra que embora existam grandes avanços, a desigualdade continua evidente quanto à raça, sobretudo no tocante à escolaridade. Isso porque, segundo ele, quando se comparam, nos dados apurados, os indicadores educacionais para brancos, pretos e pardos, também se percebe uma redução das desigualdades entre os grupos. Mas, no que diz respeito à média de anos de estudo e à presença de jovens no ensino superior, em 2009 os pretos e pardos ainda não haviam atingido os indicadores que os brancos já apresentavam desde 1999.

Além disso, no ano passado, as taxas de analfabetismo para as pessoas de cor ou raça preta (13,3%) e parda (13,4%) eram mais que o dobro da taxa dos brancos (5,9%).

Outro fator importante, a maior longevidade das pessoas, leva a um aumento da participação dos idosos (mais de 60 anos de idade) na população, de 9,1% em 1999 para 11,3% em 2009. Embora a grande maioria desses idosos (64,1%) seja referência no domicílio em que vivem e 77,4% deles afirmem ter doenças, 32,5% não tinham nem cadastro no Programa de Saúde da Família nem plano de saúde particular.

Conforme o SIS, a participação das crianças e adolescentes de até 19 anos de idade na população caiu de 40,1% em 1999 para 32,8% em 2009. Já a população com 70 anos ou mais de idade aumentou sua proporção de 3,9% (6,4 milhões de pessoas) em 1999 para 5,1% em 2009 (9,7 milhões). “É a força das pessoas com

mais idade vivendo com mais saúde e querendo participar mais da vida, querendo contribuir com a família”, enfatizou o pesquisador.

Neste recorte, o SIS aponta que o Distrito Federal é o segundo local do país onde está concentrado o menor percentual de pessoas inativas (idosos ou menores de idade) disponíveis para atividades econômicas - 40,0% destes. O estado que concentra a maior quantidade de idosos e menores nesta situação, ou seja, trabalhando, é o Acre, onde trabalham 61,5% destes.

Diferenças regionais

Já a população jovem, com idades entre 18 e 24 anos, com 11 anos de estudo, representa 37,9% do total nessa faixa etária. Ainda entre os jovens de 18 a 24 anos de idade, 15,1% tinham em 2009 11 anos ou mais de estudo, e, entre estes, 10,7% continuavam estudando.

A distribuição dos estudantes de 18 a 24 anos entre os níveis educacionais, porém, revela avanços: em 1999, 24,8% deles ainda estavam no ensino fundamental, contra 22,1% no ensino superior. Em 2009, esses percentuais foram reduzidos para 8,3% e 48,1%, respectivamente. As desigualdades, embora estejam diminuindo no que diz respeito ao acesso ao sistema educacional, quanto ao nível do rendimento familiar mostram diferença nos ciclos de ensino não obrigatórios, como creche ou pré-escola, cursos de inglês e cursos de aperfeiçoamento profissional.

Em 2009, também, o número médio de pessoas nas famílias caiu de 3,4 em 1999 para 3,1 em 2009, sendo 4,2 entre as famílias com rendimento mensal per capita de

até ½ salário mínimo. Observa-se, nesses dez anos, um aumento relativo na proporção de casais sem filhos (de 13,3% para 17,1%) e uma redução de casais com filhos (de 55% para 47,3%). As mulheres sem cônjuge e com filhos representavam 17,4% em 2009, sem alteração significativa na década.

Ricos e pobres

A razão entre a renda familiar per capita dos 20% mais ricos e a dos 20% mais pobres mostra tendência dessa redução nas diferenças. Em 2001, os mais ricos recebiam em média 24,3 vezes mais que os mais pobres, e essa relação caiu para 17,8 em 2009. Entre 1999 e 2009, houve aumento da participação no rendimento familiar das chamadas “outras fontes” de rendimento (que inclui os programas de transferência de renda e rendimentos de juros, aluguéis, dividendos entre outros), para as famílias com rendimento familiar per capita de até 1/4 de salário mínimo.

Para elas, os rendimentos de “outras fontes” representavam 28,0% do total do rendimento familiar em 2009, contra 4,4% em 1999. Para o total de famílias, as “outras fontes” representavam 5,0% do rendimento familiar em 2009, 76,2% correspondiam a rendimento do trabalho e 18,8% a rendimentos de aposentadoria e pensão.

Embora os dados estejam sendo avaliados para a formulação de novas políticas públicas para o país ao lado dos indicadores do Censo, servem para apresentar um panorama da situação do país e, dessa forma, contribuir para a criação de programas e alternativas que contribuam para melhoria do bem estar dos brasileiros.

PRINCIPAIS CONSTATAÇÕES DO TRABALHO:

FERTILIDADE - MULHERES COM ATÉ 7 ANOS DE ESTUDO TINHAM EM 2009, EM MÉDIA, 3,19 FILHOS. É QUASE O DOBRO DO NÚMERO DE FILHOS (1,68) DAQUELAS COM 8 ANOS OU MAIS DE ESTUDO (AO MENOS O ENSINO FUNDAMENTAL COMPLETO). ALÉM DISSO, AS MULHERES COM MAIS INSTRUÇÃO ERAM MÃES UM POUCO MAIS TARDE (COM 27,8 ANOS, FRENTE A 25,2 ANOS PARA AS COM ATÉ 7 ANOS DE ESTUDO)

JOVENS E IDOSOS - A PARTICIPAÇÃO DAS CRIANÇAS E ADOLESCENTES DE ATÉ 19 ANOS DE IDADE NA POPULAÇÃO CAIU DE 40,1% EM 1999 PARA 32,8% EM 2009. JÁ A POPULAÇÃO COM 70 ANOS OU MAIS DE IDADE AUMENTOU SUA PROPORÇÃO DE 3,9% (6,4 MILHÕES DE PESSOAS) EM 1999 PARA 5,1% EM 2009 (9,7 MILHÕES)

SITUAÇÃO DE IDOSOS (DF) - O SIS APONTA QUE, EM 2009, O DISTRITO FEDERAL FIGURAVA ENTRE LOCAL DO PAÍS ONDE SE CONCENTRAVA MENOR PERCENTUAL DE PESSOAS INATIVAS (IDOSOS OU MENORES DE IDADE) DISPONÍVEIS PARA ATIVIDADES ECONÔMICAS (OU SEJA, TRABALHANDO), SÓ 40,0% DESTES. O ESTADO QUE CONCENTRA A MAIOR QUANTIDADE DE IDOSOS E MENORES NESTA SITUAÇÃO (NO MERCADO DE TRABALHO) É O ACRE, ONDE TRABALHAM 61,5% DESTES

FAMÍLIAS MENORES - EM 2009, TAMBÉM, O NÚMERO MÉDIO DE PESSOAS NAS FAMÍLIAS CAIU DE 3,4 EM 1999 PARA 3,1 EM 2009, SENDO 4,2 ENTRE AS FAMÍLIAS COM RENDIMENTO MENSAL PER CAPITA DE ATÉ ½ SALÁRIO MÍNIMO

MAIS CASAIS SEM FILHOS - OBSERVA-SE, NESSES DEZ ANOS, UM AUMENTO RELATIVO NA PROPORÇÃO DE CASAIS SEM FILHOS (DE 13,3% PARA 17,1%) E UMA REDUÇÃO DE CASAIS COM FILHOS (DE 55% PARA 47,3%). AS MULHERES SEM CÔNJUGE E COM FILHOS REPRESENTAVAM 17,4% EM 2009, SEM ALTERAÇÃO SIGNIFICATIVA NA DÉCADA. FONTE: IBGE/SIS/PNAD

Trabalhando para diminuir os litígios

GT da Procuradoria do BC para reduzir a litigiosidade avança

No dia 26 de setembro, a Direção do SINAL participou de reunião com o Procurador Geral do Banco Central, Isaac Sidney Menezes Ferreira, e outros procuradores da PGBC para a entrega oficial do relatório inicial sobre as ações judiciais elaborado pelo Grupo de Trabalho, criado para realizar diagnóstico, visando à redução da litigiosidade entre o Banco Central do Brasil e seus servidores.

É importante lembrar que a criação do Grupo de Trabalho nasceu de uma iniciativa do SINAL de tentar encontrar solução para as inúmeras ações judiciais que envolvem interesses de servidores e que, na maioria das vezes, perduram por anos e anos numa caminhada quase infinita de 'vistas', 'prazos' e 'recursos' que se sucedem levando o jurisdicionado ao descrédito nas instituições.

Passados três meses desde a constituição do Grupo de Trabalho, foi apresentado às entidades de representação dos servidores um Relatório das ações em tramitação, do entendimento jurisprudencial e orientações emanadas do MPOG e Súmulas da Advocacia Geral da União, concedendo-se aos interessados o prazo de trinta dias para encaminhamento de eventuais considerações, que o GT organizará para manifestação conclusiva do Procurador-Geral.

Preocupante é o fato de o Grupo de Trabalho deixar consignada a sua limitação para adoção de práticas mais abrangentes que reduzam a litigiosidade entre BACEN e servidores, remetendo a solução à concordância da AGU. Isso significa que a participação do Banco seria de mero intermediário?

Nesse sentido o Procurador Geral do Banco Central, Isaac Ferreira, na reunião com os representantes dos servidores, assumiu o compromisso de buscar junto à AGU e a outros órgãos, dependendo do caso, a devida autorização para o encerramento de conflitos. O SINAL estará atento e cobrando a promessa do Banco.

De qualquer forma, o SINAL, através de sua equipe jurídica, já está debruçado sobre as demandas relatadas pelo GT e, no prazo que lhe foi concedido, apresentará as considerações e propostas de soluções, mantendo-se vigilante aos encaminhamentos dados pelo GT.

Independentemente do trabalho que está sendo realizado junto ao Banco, o SINAL já está abrindo um caminho novo para discussões de temas relevantes junto à AGU.

Novo Consórcio Imobiliário Fenasbac É bem garantido!

Com a menor taxa do mercado e benefício exclusivo para associado ASBAC: mensalidade do clube subsidiada.

Grupo de 120 meses, três contemplações mensais, créditos de R\$ 150 mil a R\$ 300 mil. Imóveis novos ou usados (comercial, rural, residencial), reforma ou construção, liquidação de financiamento imobiliário.

Parceria Sicredi.

Consórcio de Automóveis, Motos e Náutica

Taxas "de outro mundo" apenas 5%!!!

Grupos em formação de 36 meses para valores menores e de 60 meses para créditos de até R\$ 92 mil.

Você merece o melhor!



PGAFI

Quando o assunto é dinheiro: Programa Geral de Assistência Financeira. Melhores prazos, menores custos.

Paixão e excelência em serviços!



Convênios e Serviços

Turismo: Hotéis e Locadoras; Cursos; Serviços; Compras Cooperativadas; Telefonia Celular; Seguros Residenciais e Veículos; Saúde Complementar; e diversos outros benefícios.



Seguro de Vida em Grupo e Vida Master

Seguro e confiável com o melhor custo-benefício.

Confiança e tradição em bem servir!



10 filiais e 11 sedes recreativas

Com colônias de férias em Comary (RJ), Aruanã (margens do Rio Araguaia - GO) e clube-hotel em Fortaleza (CE)

Esporte, cultura e lazer!



Venha fazer parte deste grupo!

www.fenasbac.com.br

0800-6461055



Federação Nacional de Associações dos Servidores do Banco Central



PARALISAÇÕES DOS MÉDICOS CONTRA OS PLANOS DE SAÚDE:
É PRECISO QUE OS GESTORES DO PASBC FIQUEM ATENTOS

PASBC

EDITORIAL

ALTO RISCO

É cada vez mais intenso o questionamento dos médicos na sua relação com os Planos de Saúde. Organizados e apoiados por suas entidades de classe, começam a deflagrar movimentos em seus Estados, parte deles pleiteando o aumento dos valores que recebem por consultas e procedimentos. Outros, como cardiologistas, pediatras e até mesmo cirurgiões, propondo-se a não mais participarem de planos, assim como fazem os anestesistas.

O fato coloca em cheque esse modelo de atendimento à saúde. Não se pode prescindir de um plano de saúde, mas por outro lado, sabe-

se que a qualidade dos atendimentos cai muito quando os médicos têm que atender um grande número de pessoas, para obterem uma remuneração condizente com sua profissão.

Esse é um assunto recorrente, que vem preocupando milhões de pessoas, e que já foi objeto de muitos artigos, inclusive um do renomado médico, Dr. Drauzio Varella (<http://tinyurl.com/dvarella>).

Esperamos que os gestores do PASBC estejam atentos a esses acontecimentos e se antecipem ao que vem por aí, preservando o nosso Programa de Saúde.

Mudança em hospital de referência

O Hospital São Vicente de Paulo, na Tijuca, único classificado como “de referência” em nossa rede conveniada, alterou norma sobre pagamento de anestesistas para beneficiários do PASBC, que deverão ser feitos diretamente àqueles profissionais, para posterior solicitação de reembolso.



VEMSER (ex-PADC) já é realidade

O Programa de Acompanhamento de Doenças Crônicas, o VEMSER, foi apresentado no auditório do Banco em Brasília, no dia 8 de agosto, com transmissão via TV-Bacen. Após esclarecedora palestra do Dr. Henrique Serra, médico-diretor da QUALICORP, foram informados os primeiros números. Cerca de 400 beneficiários já assinaram os termos de adesão, para receberem monitoramento permanente em razão de suas doenças crônicas.

Além do acompanhamento, os beneficiários terão, na maioria das vezes, ressarcimento integral dos medicamentos ministrados, bem como a isenção da PDL, dependendo da situação de cada um. Até o final do mês de agosto, mais 250 termos de adesão deverão estar assinados. Outros 700 portadores de doenças crônicas começam a ser mapeados e abordados pelo VEMSER.

Reclamações preocupam DIRAD

O Diretor de Administração, Altamir Lopes, na apresentação do Programa VEMSER, demonstrou grande interesse pelo nosso PASBC. Aproveitando a ocasião, afirmou estar atento ao seu funcionamento, em que pese confiar plenamente no Comitê Gestor e em todo o processo de gerenciamento. Na oportunidade, mostrou-se muito preocupado com o número de reclamações dos beneficiários que têm chegado ao seu conhecimento.

VEMSER Doenças crônicas

Conforme definição do Comitê Gestor do PASBC, após criteriosas discussões com profissionais de saúde, poderão ser inscritos no VEMSER (PADC) os beneficiários que tenham patologias enquadradas nas seguintes situações:

- a) Hipertensão Arterial Sistêmica (HAS);
- b) Dislipidemia;
- c) Diabetes;
- d) Insuficiência Renal Crônica (IRC);
- e) Obesidade: beneficiários obesos com índice de Massa Corporal (IMC) maior do que 30 dk/m² e beneficiários com sobrepeso, IMC maior que 25kg/m², se associada a condições como diabetes, apneia do sono, hipertensão arterial, dislipidemia, doença coronariana e osteo-artrites;
- f) Neoplasia maligna;
- g) Cardiopatias crônicas – Insuficiência Cardíaca (classe funcional II, III e IV ou estágio B, C e D); Doença Arterial Coronariana (DAC); Miocardiopatia Dilatada;
- h) Pneumopatias crônicas – Doença Pulmonar Obstrutiva Crônica (DPOC); Asma Brônquica persistente (leve, moderada ou grave);
- i) Doenças neurológicas – Doença de Alzheimer; Doença de Parkinson;
- j) Portadores de sequelas cardiovasculares – AVC;
- k) Portadores de sequelas de causas externas com limitações para deslocamento; e
- l) Portadores de hepatite tipo C, pacientes transplantados e portadores de SIDA/AIDS.

DIAGNÓSTICO
DR. JULIO CALDAS

Vivência no SINAL (2)



Com frequência, beneficiários do PASBC nos procuram querendo esclarecimentos sobre as coberturas do nosso Programa de Saúde. Uma das dúvidas mais comuns é sobre cirurgia plástica.

É preciso estar atento, pois o programa só respalda cirurgia reparadora, mas não aquelas que visam apenas o lado estético. Em especial, pacientes com queda palpebral ou mamas volumosas solicitam esclarecimentos.

No caso de pálpebras caídas (ptosadas), vale lembrar que o campo visual prejudicado é uma das situações em que a cobertura pode ser feita, analisando-se, por meio de perícia específica se existe prejuízo para o paciente. No caso de mamas volumosas, muitas vezes a paciente tem dores de coluna, marcas das alças do soutien nos ombros, micoses sob as mamas, com irritação frequente nessa área. Após perícia específica, que comprove essas situações, há possibilidade de cobertura.

Finalmente, falemos sobre as cirurgias bariátricas, para obesidade mórbida. Quando pacientes fazem essa cirurgia, o emagrecimento posterior é grande e o conseqüente excesso de pele também pode levar a problemas, o que possibilita a cobertura do PASBC, mas sempre após perícia prévia.

Saúde para todos.

RAIO X DO REGULAMENTO

Planejamento familiar

O anexo III do Regulamento do PASBC contempla, entre as coberturas e procedimentos do Programa, aqueles relacionados com o planejamento familiar, tais como:

- 3.1.14 – Laqueadura;
- 3.1.15 – Vasectomia;
- 3.1.16 – Implante de dispositivo intra-uterino (DIU) não hormonal (inclui o dispositivo).



MCOP no site do Sinal

O Manual de Critérios e Orientações do PASBC (MCOP) traz normas complementares ao Regulamento do nosso Programa de Saúde.

O MCOP somente estava disponível nos setores do PASBC ou na intranet (acesso restrito aos servidores ativos). A partir de agora, encontra-se ao alcance dos filiados do SINAL (ativos, inativos e pensionistas) no site www.sinal.org.br. O acesso, a exemplo de todo o conteúdo do PASBC, é feito com o uso do login e da senha do filiado

Lista Suja

Uma espécie de SPC dos maus prestadores de serviços, cadastro oferece aos consumidores maior transparência sobre empresas e bancos

O que mais irrita os nervos e o bolso dos brasileiros são os serviços mal feitos e o mal atendimento por parte de empresas diversas, desde o funcionamento de um simples celular à compra do carro. São poucas as pessoas que não possuem histórias para contar de uma geladeira recém comprada que chegou com defeito ou um aparelho – seja Iphone, Blackberry, Tablet etc - cuja operadora de telefonia não dá acesso ao plano escolhido. Desde março passado, no entanto, passou a ser possível para os consumidores detectarem quais são as empresas que possuem mais reclamações contra elas na Justiça e, por isso, figuram entre os cem maiores litigantes do país.

Tal cadastro pode não ajudar a resolver a situação, mas consiste numa melhoria significativa para ajudar o trabalho dos serviços de atendimento ao consumidor e dar mais transparência às pessoas para perceberem como é o comportamento das empresas cujos produtos estão adquirindo. O trabalho, que está sendo usado pelo Judiciário, Banco Central, entidades como

federações de indústrias de vários estados e órgãos diversos tem, na prática, a iniciativa de contribuir para a resolução destes litígios nos tribunais por meio da conciliação. Mas serve como um bom termômetro para todos os brasileiros na hora de pesquisar e ir às compras.

A pesquisa selecionou os litigantes tanto por serem alvo de ações de consumidores (o pólo passivo da ação judicial), como também por ações que essas próprias empresas moveram contra terceiros (o pólo ativo, embora em menor percentual). Os nomes dos litigantes, no entanto, não representam grandes novidades. Obtêm destaque na lista, por exemplo, bancos, empresas de telefonia, o Instituto Nacional de Previdência Social (INSS), seguradoras de vida e de saúde e montadoras automobilísticas.

Bancos e operadoras

Só entre os bancos, figuram 34 instituições financeiras, sendo que as dez primeiras que apresentam problemas com ações movidas na Justiça são: Caixa Eco-



24/10 - Dia do Aposentado

O Sinal parabeniza a todos os aposentados pelo seu dia. Parabéns para vocês que já correram muito, e agora podem pendurar as chuteiras.



INSS LIDERA A LISTA
DOS MAIORES LITIGANTES

nômica Federal (2º. Lugar), Banco do Brasil (5º. Lugar), Bradesco (7º. Lugar), Itaú (8º. Lugar), Finasa (10º. Lugar), Santander (13º.), ABN Amro Real (14º.), HSBC (16º.), Nossa Caixa (18º.) e Unibanco (19º.). Dentre as operadoras de telefonia, figuram a Brasil Telecom (9º. Lugar), Vivo (27º. Lugar) e TIM Celular (32º. Lugar).

No tocante aos planos de saúde e às seguradoras de vários setores (seguros saúde e de vida), o cadastro lista a Itaú Seguros (37º. Lugar), Unimed (41º. Lugar), Bradesco Vida e Previdência S/A (64º. Lugar) e a Sabemi Previdência e Seguro Privados S/A (85º. Lugar). Outras surpresas são: a Fiat, que aparece em 53º.

Numa avaliação mais ampla, o cadastro mostra, por setores, que o primeiro maior litigante do país é o setor público federal, que possui 38% do total de órgãos mencionados. Em segundo lugar vem os bancos, com igual percentual (38%). Em terceiro lugar está o setor público estadual (8% do total). E em quarto e quinto lugares, respectivamente, estão as empresas de telefonia e o setor público municipal (com 6% e 5% do total). Os 5% restantes pertencem à categoria outros, de empresas e órgãos públicos diversos.

Gargalos e deficiências

"Porque os bancos têm tantas ações? Há deficiências na concessão do crédito? O levantamento vai permitir buscar respostas para essas situações?", indagou o conselheiro do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e

OS 10 MAIORES LITIGANTES

INSS

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

FAZENDA NACIONAL

UNIÃO

BANCO DO BRASIL

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

BRADESCO

ITAÚ

BRASIL TELECOM

FINASA

FONTE: CADASTRO DOS 100 MAIORES LITIGANTES DO PAÍS

um dos responsáveis pela pesquisa, José Guilherme Vasi Werner, ao explicar que o universo representativo abordado no trabalho pode ajudar a identificar onde estão os gargalos destas empresas e órgãos públicos. Segundo ele, as cem instituições que mais demandam o Judiciário representam cerca de 20% dos 71 milhões de processos registrados até o final de março de 2010.

Já a juíza Morgana Richa acredita que o cadastro permitirá um contato mais próximo, daqui por diante, entre as empresas litigantes e o Judiciário na busca pela conciliação. "Com a identificação, as empresas e os cidadãos podem decidir e selecionar ações

POSIÇÃO DE ALGUMAS DAS EMPRESAS MAIS EMBLEMÁTICAS PARA O CONSUMIDOR NO CADASTRO

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
2º. LUGAR

BANCO DO BRASIL
5º. LUGAR

BRADESCO
7º. LUGAR

ITAÚ
8º. LUGAR

BRASIL TELECOM
9º. LUGAR

FINASA
10º. LUGAR

SANTANDER
13º. LUGAR

ABN AMRO REAL
14º. LUGAR

HSBC
16. LUGAR

NOSSA CAIXA
18º. LUGAR

UNIBANCO
19º. LUGAR

VIVO
27º. LUGAR

TIM CELULAR
32º. LUGAR

FONTE: CADASTRO DOS 100 MAIORES LITIGANTES DO PAÍS

que estejam decididas a negociar e ser firmado um entendimento que, no final, pode ser bom para ambas as partes. Dessa forma todos ganham”, assegurou.

Outro ponto importante, que foi destacado pela consultora Rebeca Nascimento, do Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor (Idec), é a possibilidade do estudo vir a permitir maior sintonia entre assessorias jurídicas e o setor operacional dos órgãos públicos e das empresas da iniciativa privada.

Deformações

De acordo com o presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), ministro Cezar Peluso, os resultados da pesquisa não chegam a surpreender e, de modo geral, confirmam a impressão extraída da experiência de juízes e advogados sobre a identidade dos maiores demandantes e demandados do sistema judicial. Peluso disse que o CNJ se propõe a refletir e discutir com a sociedade sobre as raízes do que chamou de “deformações” e que, ao cabo, lhe são profundamente prejudiciais.

Motivo pelo qual conclamou ministérios, órgãos do governo, federações de empresas e bancos, agências reguladoras, entidades de defesa do consumidor, procuradores, integrantes do Judiciário, advogados, imprensa e, enfim, representantes de cada um dos setores que hospedam os grandes litigantes “para um exercício crítico e isento, à luz dos interesses coletivos”.

Espiritualidade em alta

No cinema ou na leitura, tempos de Fé

Num período em que o noticiário mostra guerras e tragédias variadas e se fala tanto em desesperança, o aumento pelas coisas que envolvem algum tipo de fé no Brasil tem chamado a atenção, nos últimos tempos, por intermédio de duas obras de correntes diferentes, mas que encantam pessoas de qualquer religião – sucessos de livrarias e locadoras em todo o país. De um lado, o livro *Ágape*, do Padre Marcelo Rossi, ressalta a linha carismática do catolicismo, traz orações e textos curtos e, dessa forma, auxilia os leitores em pequenas conversas com Deus. De outro, o filme sobre a vida de Chico Xavier, reprodução de livro sobre o tema e sucesso nas bilheteiras de cinema, não sai da lista dos vídeos mais procurados para compra e locação.

No caso do *Ágape* – nome do livro do padre Marcelo que significa o amor divino e a celebração do rito eucarístico – a publicação conta com mais de três milhões de cópias vendidas até agora. Já em relação ao filme, a bilheteria dos cinemas foi de mais de cinco milhões de pessoas em todo o país, no período de exibição. Nos últimos meses, o interesse entre os brasileiros em conhecer de perto um pouco mais sobre a vida desse perso-



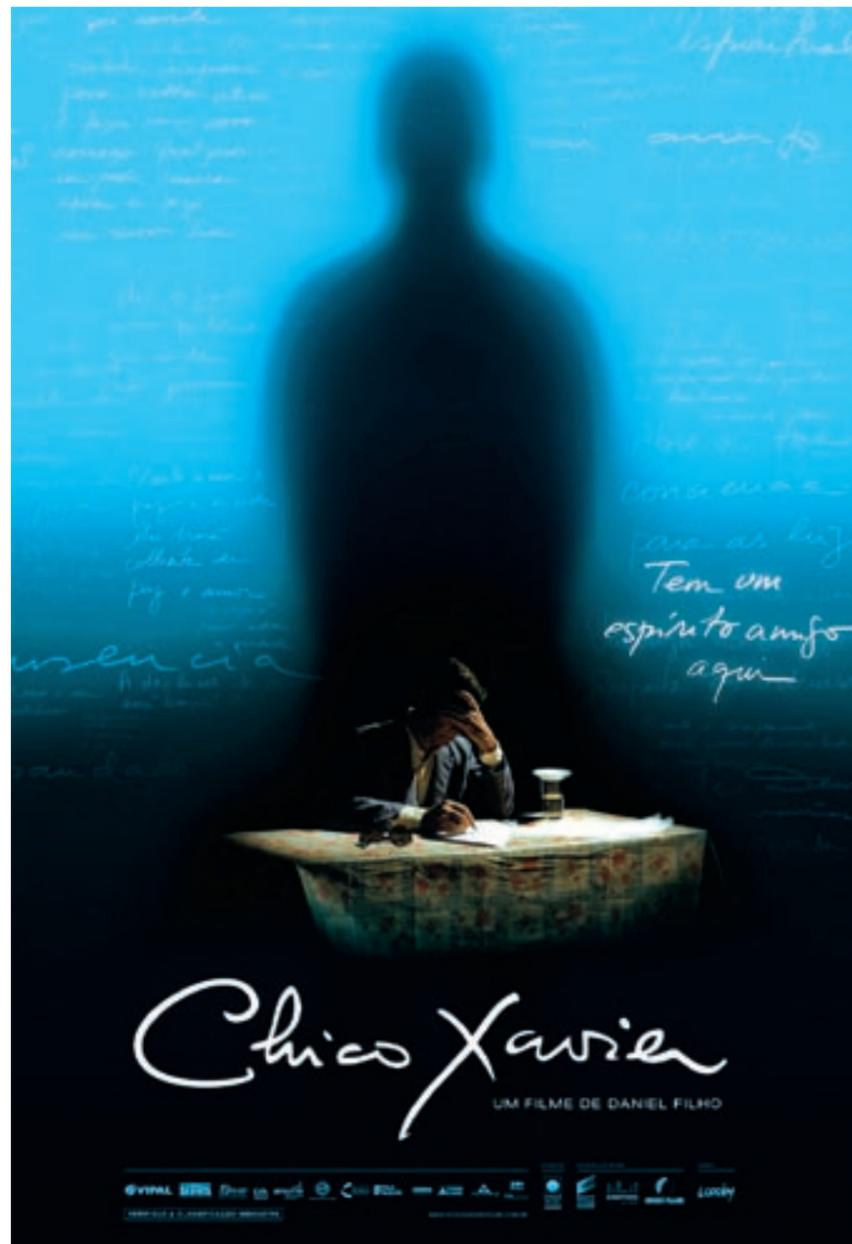
nagem instigante que foi Chico Xavier volta a ser despertado com a procura pelo vídeo em prateleiras diversas.

Altos e baixos

A obra, lançada pela editora LeYaOs, foi produzida a partir da biografia do médium, escrita pelo jornalista Marcel Souto Maior e dirigida por Daniel Filho. Tenta fazer uma mistura entre vida e filme de Chico com delicadeza. “Busquei contar histórias fortes sobre Chico e sobre as emoções provocadas por ele em todos os envolvidos na produção durante as filmagens. O que me guiou foi o interesse em descobrir qual seria o impacto dessa convivência intensa com Chico para todos no set: ateus, judeus, católicos, umbandistas, espíritas”, afirmou Marcel - que é ateu.

O filme reconstituiu os altos e baixos, quedas e redensões do médium ao longo de seus 92 anos de vida, período em que ele escreveu mais de 400 livros, vendeu mais de 30 milhões de exemplares e doou toda a renda dos direitos autorais a instituições beneficentes. “Eu não escrevi nada. Eles, os espíritos, escreveram”, repetiu Xavier até morrer, na cama estreita de seu quarto simples em Uberaba (MG).

A produção contou com 135 atores que se



deslocaram por quatro cidades e atuaram em 90 locações com o intuito de remontar três diferentes épocas da vida de quem se definia como um “nada, menos do que nada”. Traz nomes artísticos de peso, como os atores Nelson Xavier, Tony Ramos, Ângelo Antonio, Cristiane Torloni, Giulia Gam, Letícia Sabatella e Giovana Antonelli.

O jornalista contou que se interessou pela

O MAPA DAS RELIGIÕES, DA FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS, BASEADO EM LEVANTAMENTOS QUE DATAM DE 2009, MOSTROU QUE O PERCENTUAL DE CATÓLICOS ENTRE A POPULAÇÃO BRASILEIRA DIMINUIU DE 73,8% PARA 68,4% DO TOTAL



história de Chico Xavier nos anos 90, quando ao escrever uma matéria sobre o sucesso da peça espírita “Além da vida” (na época com mais de dois milhões de espectadores), tomou contato com o médium. De acordo ainda com Souto Maior, a sabedoria de Chico Xavier é a maior lição a se tirar da história de sua vida. “Graças a Deus eu aprendi a viver apenas com o necessário”, dizia o líder espírita, sobre o fato de doar os direitos autorais dos livros que psicografava.

Amor a Deus

A publicação Ágape, por sua vez, sela uma fase de introspecção de um dos padres mais conhecidos do país, Marcelo Rossi. Ao explicar o título, o religioso contou que se trata de uma palavra de origem grega que significa o amor divino. “É o amor de Deus pelos seus filhos e, ainda, o amor que as pessoas sentem umas pelas outras inspiradas nesse amor divino”, acentuou.

O padre Marcelo Rossi, conhecido pelas missas que realiza em São Paulo, em especial a do início da manhã aos domingos (que é transmitida nacionalmente pela Rede Globo), já é um conhecido destaque midiático. Anos atrás seus discos fizeram sucesso, com músicas do movimento renovação carismática, da Igreja Católica. Além disso, ele já fez dois filmes e o programa de rádio que comanda possui mais de 15 milhões de ouvintes em todo o Brasil.

Recolhimento

Conforme deixou claro, a idéia de escrever o livro surgiu em um momento em que ele não estava muito bem. “Quebrei minha perna correndo na esteira e ainda estou com uma benga-

la. Eu soube que ia receber um prêmio do Papa e me machuquei alguns dias antes. O período de tratamento me fez mergulhar na obra”, enfatizou. Para o Padre Marcelo, por meio da oração “as pessoas têm uma nova visão da vida e descobrem que Deus tem um amor especial por nós, que é o Ágape”.

“Quando você mostra o Ágape, a mãe começa a olhar direito para o seu filho, a pessoa que está no vício começa a se tomar conta, então vai mudando”, destacou, ao falar sobre sentimentos que, conforme explicou, estão na obra. “O livro dá uma visão, mostra que existe uma luz no final do túnel”, completou.

O padre disse que já sofreu muitas críticas, inclusive da própria Igreja Católica, que o acusava de ser artista e não religioso. “Mas eu sou padre. E o Papa reconheceu isso”, afirmou. Segundo ele, a renda obtida com as vendas do livro “Ágape” é revertida integralmente para a construção do Santuário da Igreja Apóstolica Católica Romana, previsto para receber cerca de cem mil pessoas. “Será um lugar que vai marcar São Paulo”, finalizou.

Momentos de crise

As duas obras – o filme sobre Chico Xavier e o livro com as orações do Padre Marcelo – levam a reflexões de estudiosos sobre a falta ou aumento de fé das pessoas em momentos de crise. Pesquisa que acaba de ser

divulgada, sobre a presença do catolicismo no Brasil – o Mapa das Religiões, da Fundação Getúlio Vargas (FGV), traz percentuais que ajudam a decifrar um pouco esse mistério. O trabalho, baseado em levantamentos que datam de 2009, mostrou que o percentual de católicos entre a população brasileira diminuiu de 73,8% para 68,4% do total,

- mas ainda é expressivo. Os evangélicos, por sua vez, de acordo com o Mapa, passaram a representar 20,2% da população do Brasil, enquanto os ateus representam 6,7% e os espiritualistas, 1,65%.

QUANTO MAIOR O DESENVOLVIMENTO DA ECONOMIA E DA EDUCAÇÃO DE DETERMINADA POPULAÇÃO, MENOR O NÚMERO DE CRENTES EM QUALQUER RELIGIÃO — E MAIOR O NÚMERO DE ATEUS, CONCLUI NIGEL BARBER

Outra pesquisa recente foi realizada pelo especialista no estudo do comportamento humano irlandês Nigel Barber em 137 países. O trabalho levou a uma constatação no mínimo curiosa: de que quanto maior o desenvolvimento da economia e da educação de determinada população, menor o número de crentes em qualquer religião — e maior o número de ateus.

A pesquisa levou em consideração percentuais de países como a Suécia, por exemplo, onde o índice de ateus chega a 64% da população, seguida da Dinamarca (48%), França (44%) e Alemanha (42%). Na outra ponta do levantamento, países da África sub-saariana têm menos de 1% de ateus. Já entre os países com alto nível de desenvolvimento, os Estados Unidos são o único onde os ateus não são maioria.

Aposentado



O SINAL trabalha na defesa dos seus direitos

Participe com críticas e sugestões.

Entre em contato conosco, através do nossa página na internet:
www.sinal.org.br

SINAL

**Sindicato Nacional dos
Funcionários do Banco Central**